



Câmara Municipal de Dormentes/PE
Lido Emed 6/09/2019

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE DORMENTES
CASA SENADOR NILO COELHO

Requerimento nº 003/2019.

O Vereador abaixo assinado, cumpridas as formalidades legais e regimentais, ouvido o Plenário, vem apresentar o seguinte Requerimento:

Que seja realizada uma Audiência Pública, em dia e horário a serem determinados pelo Plenário desta Casa, a fim de esclarecer para a população, assuntos correlatos à PEC n.º 6/2019 e MP 871/2019, que trata sobre a reforma da Previdência Social, apresentada pelo atual Presidente da República.

Para a sobredita audiência, de forma a dirimir todos os assuntos e dúvidas da população, que sejam convidados o Senador da República o Dr. Fernando Bezerra Coelho, os Deputados Federais, Fernando Monteiro, Gonzaga Patriota e Fernando Filho, os Deputados Estaduais, Ducicleide Amorim, Lucas Ramos e Antonio Coelho, Prefeita do Município, representante do FUNPREDOR, os Presidentes dos Sindicatos Dos trabalhadores em Educação, SINTED, Sindicato dos Trabalhadores Rurais STR e todos os representantes de Associações de Produtores rurais.

Após aprovada esta presente proposição, que sejam escolhidos os 03 (três) membros da Comissão Especial, respeitada a proporcionalidade partidária com assento à Casa Legislativa, e que seja criado procedimento para execução dos trabalhos, tudo de conformidade com a Lei Orgânica do Município de Dormentes e o Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2019.


Jeolando Costa Coelho
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE DORMENTES
CASA SENADOR NILO COELHO

JUSTIFICATIVA

A Reforma da Previdência é tema que vem sendo bastante debatido na agenda atual. O suposto *deficit* previdenciário anunciado pela mídia e governo tem gerado bastante desconforto entre as pessoas, pois a promulgação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 6/2019 poderia ter por consequência diminuir direitos sociais ou dificultar o alcance a eles.

Verifica-se que há duas posições opostas quanto à temática, senão vejamos.

A mais divulgada, com vasto apoio da grande mídia, empresários e autoridades governamentais, sustenta que há *deficits* crescentes e necessidade de reforma urgente para recuperar o crescimento econômico.

De outro lado, a posição menos veiculada, diz existir, na verdade, um *superavit* significativo da seguridade, e, por esse motivo, a reforma não se justifica sob o prisma fiscal, conforme enunciados da Constituição de 1988.

Por conseguinte, para discutir a proposta de reforma, é preciso transparência de dados, para saber efetivamente qual a receita e a despesa do sistema, auditoria independente nas contas do INSS e do governo para analisar os dados com isenção, retorno dos valores que pertencem ao sistema, mas desviados para outros fins, cobrança da dívida ativa do INSS, e maior fiscalização para evitar sonegação, com aumento do número de fiscais.

Além da transparência de dados necessária para verificar a legitimidade da PEC, deve ser discutido também como ficarão as aposentadorias, as regras de transição, entre outros assuntos correlatos.

Assim sendo, solicito de meus pares a aprovação desse requerimento, para que possamos debater de forma ampla com a sociedade a temática em questão.